

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

GABRIELA MORENA RAQUEL MIGUEL

**AS CONTRIBUIÇÕES DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA
PROMOÇÃO DA EDUCAÇÃO PARA CIDADANIA**

SÃO PAULO

2023

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

GABRIELA MORENA RAQUEL MIGUEL

**AS CONTRIBUIÇÕES DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA
PROMOÇÃO DA EDUCAÇÃO PARA CIDADANIA**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado ao curso de Pedagogia, como exigência parcial para obtenção do diploma de **Pedagogo**, da Faculdade de Educação, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Maria Celina Teixeira Vieira

SÃO PAULO

2023

MEMORIAL

Nasci em uma família muito política, meus pais se conheceram no meio da política partidária na época da retomada da democracia, pós Ditadura Militar, nos anos 1980. Minha mãe advogada, sempre trabalhou com política, até os dias de hoje, em gabinetes de figuras públicas em Brasília, e meu pai em ações sociais, luta urbana e operária. Por conta disso, cresci com ideais muito consolidados: na infância, acompanhando minha mãe nas atividades políticas, e na adolescência, mergulhando no universo de livros, teorias, autores, figuras. Por isso, decidi primeiro, cursar Ciências Sociais. Não tanto pelas questões políticas que me apresentaram esse universo, mas principalmente pelo impulsionamento social que as questões do mundo trazem com elas. A sociologia, mais que a política, me encantou, e me levou ao lugar empático das ações humanas e me fez compreender os processos que levam a sociedade a ter estruturas que sempre me afligiram.

Sempre estudei em escolas públicas em São Caetano do Sul, cidade onde cresci. Passei por escolas municipais e me formei em uma estadual. O espaço da escola pública me possibilitou muitos encantamentos, me abriu para oportunidades de expandir horizontes em relação às diversidades culturais e sociais das pessoas com quem convivia.

Em 2017 entrei no curso de Ciências Sociais nas Faculdades Metropolitanas Unidas (FMU), em São Paulo. Um ponto importante na minha jornada, foi o fato de eu ter optado pelo curso em Licenciatura, por conta da afinidade com o ensino e a aprendizagem, desde sempre. Isso fez com que na FMU, as matérias das Ciências Sociais fossem divididas em Política, Sociologia e Antropologia e também matérias relacionadas à Pedagogia, como Práticas de Ensino, Fundamentos da Educação, entre outras. Quando percebi, já estava mais familiarizada com as matérias da Licenciatura, do que com as das Sociais.

Tranquei, em 2019, o curso de Ciências Sociais, na altura do terceiro semestre, e decidi entrar na Pedagogia, depois de entender que minha afinidade foi se voltando a esses assuntos sobre escola, ensino e aprendizagem, educação. Minha família me apoiou e tive a oportunidade de prestar vestibular para a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, universidade que era tão aclamada pelo meu pai, e que ele me levou para visitar muitas vezes quando eu era adolescente, para eu conhecer a história, principalmente política da Universidade.

Passei no vestibular, consegui uma bolsa e comecei a cursar Pedagogia, no ano de 2020, na PUC-SP. Infelizmente, minha turma foi atropelada pelos impactos da pandemia

do COVID-19, e precisamos nos adaptar às aulas online, e isso prejudicou todas as estruturas de estudos, bem como emocionais e psicológicas, de todos os ingressantes do curso e o corpo docente. Mas ainda assim, conseguimos passar por esse momento.

Na Pedagogia, percebi que meu amor e interesse pelas questões sociais do mundo, nunca seriam dissociadas do meu amor também pela educação. Que minha base nas Ciências Sociais poderia sim, ganhar muito mais sentido na educação, e assim foi. Eu vi, na educação, um universo de possibilidades para se discutir a sociedade, a política e a antropologia. Percebi que a educação é uma ferramenta para a transformação social, um degrau na vida das pessoas, principalmente daquelas pessoas que são arrebatadas negativamente pela estrutura desigual, que limita as condições de vida e oportunidades de ascensão, uma estrutura capitalista, que é, no mínimo, injusta. A educação traz em si a fundamentação da liberdade. Ensina pra além do "ler e escrever": ensina o indivíduo ler o mundo ao seu redor e escrever com autonomia o seu próprio caminho; a ser protagonista dos espaços que ocupa e a ocupá-los com consciência.

Foi isso que aprendi com Paulo Freire, que foi o que mudou a minha vida. A linha que chamamos de "Freiriana" da educação, pensada de maneira humana, olhando para a realidade das opressões com seriedade, me fez entender que meu caminho tinha sentido. Foi assim que escolhi a temática desse Trabalho de Conclusão de Curso, juntamente com a história da minha família, que me fez pensar sobre o poder das oportunidades:

Meu pai não terminou os estudos, estudou até a quarta série dos anos iniciais Ensino Fundamental, na década de 1950, num contexto de extrema pobreza, vindo de uma família de imigrantes que não conseguiu se consolidar financeiramente e precisou sobreviver em uma situação de miséria. Meu pai parou os estudos no interior e precisou ir para Capital (São Paulo), para trabalhar em serviços domésticos quando tinha 10 anos de idade. Quando voltou para o interior, percebeu que iria precisar trabalhar a vida toda para ajudar na sobrevivência de 8 irmãos, um pai pedreiro e uma mãe doméstica. Nunca mais estudou, e se mudou para Osasco nos anos 70 para trabalhar nas fábricas, onde fez um curso tecnólogo para exercer suas funções dentro da fábrica. Em 2016, consegui fazer a inscrição do meu pai no ENCCEJA (O Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos), para que ele prestasse uma prova para tirar um certificado de conclusão, ao menos, do Ensino Fundamental. Ele já tinha 68 anos de idade.

Trago também em minha inspiração, o exemplo da minha tia materna, que é portadora de uma deficiência intelectual de nível moderado, e que não conseguiu nunca se adequar aos padrões de ensino regular, não conseguindo concluir os estudos por falta de políticas públicas para alguém em suas condições. Ela concluiu os estudos depois de

adulta pelo programa do EJA (Educação de Jovens e Adultos), frequentando aulas durante 3 anos, no período da noite, e conseguiu sua certificação no Ensino Médio, mesmo nunca mais conseguindo estudar novamente e nem se inserir no mercado de trabalho. Ela já tinha 48 anos de idade.

Trago comigo o exemplo do poder da educação na vida das pessoas, e a importância do reconhecimento político do formato da nossa sociedade, e a necessidade de discutir pobreza, programas de inclusão social para pessoas com grande potencial de evasão por necessidade de trabalhar desde muito jovem.

Apresento o meu respeito pelo EJA, que visa levar o exercício da cidadania plena e legítima aos cidadãos brasileiros, destacando o olhar humanizado a quem mais precisa.

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a todos aqueles que, por algum motivo, tiveram de interromper os estudos, aos que nunca tiveram a oportunidade de estudar, aos que estudam tardiamente e, aos que, mesmo sofrendo com as adversidades da vida, persistiram e acreditaram no potencial de transformação da educação.

Dedico também à minha mãe Margareth, que tanto me auxiliou e incentivou a prosseguir no caminho do estudo e aprimoramento, ao meu pai Aroldo, que me deu suporte nas questões corriqueiras do dia a dia, e à minha namorada Nívia, que me auxiliou nas questões práticas do trabalho.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha professora Maria Celina, que me orientou e me forneceu as bases necessárias para a elaboração deste trabalho e que mesmo em momentos delicados, nunca faltou com dedicação e propósito; à minha grande amiga Giovana Carrassari, pela parceria de todas as horas desde o começo do curso, à minha namorada Nívia Mansini e meu primo João Victor Carvalho, pela realização deste trabalho e pelos auxílios com as tarefas e trabalhos do curso.

EPÍGRAFE

“Aos esfarrapados do mundo e aos que neles se descobrem e, assim descobrindo-se, com eles sofrem, mas, sobretudo, com eles lutam.” (Paulo Freire)

RESUMO

MIGUEL, Gabriela Morena Raquel. **As contribuições da educação inclusiva na promoção da educação para cidadania.** 33 F. Trabalho de Conclusão de Curso da Faculdade de Educação, Curso de Pedagogia, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC/SP 2023.

O trabalho, ora apresentado, foi elaborado por meio de metodologia bibliográfica e documental (Gil, 2010) teve por objetivo analisar as contribuições da educação inclusiva (Educação de Jovens e Adultos) – EJA na promoção da educação para cidadania. De forma mais específica procurou estudar alguns referenciais teóricos sobre inclusão escolar e social na construção da educação para a cidadania e examinar a Educação de Jovens e Adultos – EJA, segundo a BNCC, e suas contribuições na promoção da inclusão escolar e social com vistas à educação para a cidadania. O estudo revisa conceitos-chave relacionados à inclusão social e a importância da educação nesse contexto ao explorar práticas e teorias para a inclusão apresentando abordagens para lidar com a diversidade e garantir o acesso equitativo à educação. Segundo a BNCC e suas contribuições na promoção da escola como um meio para a inclusão social e para a cidadania, o trabalho permeia através de uma abordagem que não se limita apenas ao âmbito acadêmico, mas que também promova valores, ética e habilidades sociais, de maneira que capacite os alunos a compreenderem seus direitos e deveres para participar ativamente da sociedade. Conclui-se que a promoção da escola como um meio de acesso à cidadania plena contribui significativamente para uma sociedade mais justa; porém, há desafios específicos a enfrentar como a necessidade de formação contínua para os educadores, adaptações curriculares e a promoção de um ambiente acolhedor para alunos, professores e toda a equipe gestora que participa deste processo.

PALAVRAS - CHAVE: Contribuições. Educação inclusiva (Educação de Jovens e Adultos – EJA). Educação para a cidadania.

ABSTRACT

MIGUEL, Gabriela Morena Raquel. **The contributions of inclusive education in promoting education for citizenship**. 33 F. Course Conclusion Work for the Faculty of Education, Pedagogy Course, Pontifical Catholic University of São Paulo - PUC/SP 2023.

The aim of the work presented here was to analyse the contributions of inclusive education (Youth and Adult Education) - EJA in promoting education for citizenship. More specifically, it sought to study some theoretical references on school and social inclusion in the construction of education for citizenship and to examine Youth and Adult Education - EJA, according to the BNCC, and its contributions to promoting school and social inclusion with a view to education for citizenship. The study reviews key concepts related to social inclusion and the importance of education in this context by exploring practices and theories for inclusion, presenting approaches to dealing with diversity and ensuring equitable access to education. According to the BNCC and its contributions to promoting school as a means for social inclusion and citizenship, the work permeates through an approach that is not only limited to the academic sphere, but also promotes values, ethics and social skills, in a way that enables students to understand their rights and duties in order to actively participate in society. The conclusion is that promoting school as a means of access to full citizenship contributes significantly to a fairer society; however, there are specific challenges to face such as the need for ongoing training for educators, curriculum adaptations and the promotion of a welcoming environment for students, teachers and the entire management team that participates in this process.

KEY-WORDS: Contributions. Inclusive education (Youth and Adult Education - EJA). Education for citizenship.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO 1	14
INCLUSÃO ESCOLAR E SOCIAL NA CONSTRUÇÃO DA EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIA	14
1.1 Educação e Cidadania	14
1.2 Educação Básica como direito segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9394/96	15
1.3 A Educação emancipatória em Paulo Freire	17
CAPÍTULO 2	20
EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS – EJA, SEGUNDO A BNCC: CONTRIBUIÇÕES NA PROMOÇÃO DA INCLUSÃO ESCOLAR E DA CIDADANIA	20
2.1 Desigualdade Social: pobreza e evasão escolar	20
2.2. Educação de Jovens e Adultos segundo a LDB: um mecanismo de inclusão social	23
2.3 Contribuições do EJA no Brasil na promoção da escola como meio para construção da cidadania.....	27
CONSIDERAÇÕES FINAIS	29
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	30

INTRODUÇÃO

Este trabalho, de metodologia bibliográfica e documental (Gil, 2010) tem por objetivo analisar as contribuições da educação inclusiva (Educação de Jovens e Adultos) – EJA na promoção da educação para cidadania. De forma mais específica procurou estudar alguns referenciais teóricos sobre inclusão escolar e social na construção da educação para a cidadania e examinar a Educação de Jovens e Adultos – EJA, segundo a BNCC, e suas contribuições na promoção da inclusão escolar e social com vistas à educação para a cidadania.

A educação é compreendida, segundo a Constituição Federal Brasileira promulgada em 1988, como um direito de todos e dever do Estado e da família (BRASIL, 1988). Porém, pode-se perceber segundo os dados da Síntese de Indicadores Sociais (SIS) do IBGE, que, em 2018, cerca de 11,8% dos adolescentes de 15 a 17 anos de idade, que estavam entre os 20% da população com os menores rendimentos per capita, abandonaram a escola sem concluir o ensino básico. Esse número é 8 vezes maior do que entre os jovens do mesmo grupo etário que possuem 20% dos maiores rendimentos (1,4%). Portanto, observa-se uma certa relação entre a pobreza e as altas taxas de evasão escolar.

Considerando-se a Base de Dados Scielo e no Mecanismo de Busca Google Scholar/Google Acadêmico, nos últimos anos, foram encontrados dois artigos que podem enriquecer a discussão e o corpo deste trabalho

SANTOS (2022), por meio de estudo bibliográfico, analisou a educação especial na perspectiva da educação inclusiva apontando que podem ser o ponto de partida para inserção do aluno “divergente” no ensino dito regular. Os resultados mostraram que para formar cidadãos é necessário o imperativo da Inclusão. Compreendeu-se que as instituições de ensino devem ser espaços que possam atender a todos os sujeitos e conviver com a diferença e a diversidade.

SANTOS; LIRA; GUIMARÃES (2017), por meio de pesquisa de campo, procurou compreender a Educação de Jovens e Adultos e suas especificidades no município de Serra (ES). A pesquisa concluiu a necessidade de permanente de investimento na – Educação de Jovens e Adultos. Notaram, que a modalidade EJA vem sendo muito procurada por sujeitos muito jovens que deveriam estar no ensino regular, isto é. devido à incidência de repetências, entre outras questões, que empurraram esses alunos para a EJA, de forma a concluir os estudos para se colocarem economicamente na sociedade.

Considerando o objetivo desta pesquisa: analisar as contribuições da educação inclusiva (Educação de Jovens e Adultos) – EJA na promoção da educação para cidadania, decidiu-se elaborar o 1º capítulo **Inclusão escolar e social na construção da educação para a cidadania**, com a finalidade de estudar alguns referenciais teóricos sobre inclusão escolar e social na construção da educação para a cidadania. O 2º capítulo **Educação de jovens e adultos – EJA, segundo a BNCC: contribuições na promoção da inclusão escolar, social e da cidadania**, com o objetivo de examinar a Educação de Jovens e Adultos – EJA, segundo a BNCC, e suas contribuições na promoção da inclusão escolar e social com vistas à educação para a cidadania.

CAPÍTULO 1

INCLUSÃO ESCOLAR E SOCIAL NA CONSTRUÇÃO DA EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIA

A finalidade deste capítulo é estudar alguns referenciais teóricos sobre cidadania e inclusão social escolar.

A Educação é um direito social essencial que propicia ao indivíduo as condições necessárias para sua inclusão nos espaços públicos tais como na participação política. É imprescindível considerar sua visibilidade para com o exercício pleno da cidadania, que vai muito além de exercer o direito ao voto.

1.1 Educação e Cidadania

Para discorrer sobre a educação enquanto fato social, será utilizada principalmente a definição encontrada no livro *Educação e Sociologia* (2013) de Émile Durkheim, onde ele define a educação como um conjunto de influências que nossas inteligências exercem nos outros. Influências essas ligadas aos fatos, ressaltando principalmente que o educar seja a ideia do aperfeiçoamento das individualidades no sentido de melhor viver socialmente.

A concepção de cidadania utilizadas, por sua vez, será a desenvolvida a partir de Rousseau em *“Do Contrato Social ou Princípios do Direito Político”* (2017), obra que traz a noção de inclusão e exclusão social dentro de um padrão pré-estabelecido, seus direitos e/ou a falta deles, pois entende-se que essa noção é apropriada no que se refere à ligação entre cidadania, participação social e educação.

Para Rousseau (2017), a noção de cidadania está atrelada à inclusão do indivíduo numa sociedade racional e de direitos, dentro do estabelecido pelo Estado. Entende-se, portanto, que existem indivíduos incluídos e excluídos deste processo, os incluídos são entendidos como cidadãos, capazes de usufruir de seus direitos e comprometidos a cumprir seus deveres frente a um “contrato”. Ao compreender a necessidade de uma participação ativa e crítica do indivíduo na sociedade, entende-se que uma vez que este se torna passivo, principalmente por falta de oportunidades, acaba por não ter acesso a direitos básicos, como por exemplo, às vias documentais e/ou formais de produção e expressão da opinião pública, pois não é considerado e tampouco visto como parte daquele sistema democrático de poder que é o Estado. Sem acesso à leitura e à escrita, muitas vezes do seu próprio nome, este indivíduo é colocado à margem da sociedade, pois isto

acarreta também na alienação da vida política e inclusive na falta de informação sobre quais são seus direitos.

O ambiente escolar oferece aos alunos oportunidades exclusivas para o desenvolvimento da consciência crítica, desempenhando um papel fundamental na formação das pessoas. Como afirmado por Araújo; Barbosa (2016), uma escola é um ambiente onde os alunos vivenciam experiências que moldam seus personagens e visões de mundo ao longo da vida. Os professores respeitaram essa responsabilidade e se esforçaram para oferecer aos alunos um exercício pedagógico que os leve a pensar sobre as normas sociais, valores e culturas que influenciarão sua integração na sociedade e a futura trajetória acadêmica e profissão após o término dos estudos.

FARIAS (2021) afirma que uma educação crítica é fundamental para desenvolver a consciência política necessária para construir uma cidadania plena e real. O autor ainda afirma que a Geografia Escolar Crítica pode ser vista como um meio de superar o modelo de sociedade brasileira atual, que tende a produzir uma cidadania atrofiada e focada apenas na produtividade e no consumo.

SANTOS (2021) diz que o currículo escolar desempenha um papel importante na busca de metas condicionais pelas escolas, no entanto, para garantir um processo de ensino-aprendizagem construtivo, é importante que o currículo seja avaliado regularmente pelo grupo de educadores. Além disso, Santos; Lopes; Batista e Batista (2021) afirma que a educação escolar também pode contribuir para o fortalecimento político das comunidades tradicionais, capacitando os camponeses para aumentar sua consciência social e criar métodos de resistência em seus territórios.

Esse trabalho contribuirá de forma a elucidar a relação entre abandono escolar e a falta de uma perspectiva de escola que busque a construção da cidadania, buscando, assim, trazer a importância da busca de implementação de políticas públicas acerca do tema, para que os níveis de evasão escolar causados por falta de acessibilidade possam reduzir.

1.2 Educação Básica como direito segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9394/96

Aprovada no Congresso Nacional em 1996 com a finalidade de universalizar e normatizar a educação pública gratuita em território nacional, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) regulamenta, organiza, normatiza e define as etapas da

educação, desde a Educação Infantil até o Ensino Superior, sempre em concordância com o que determina a Constituição Federal. Durante toda a história do país, essa é apenas a segunda vez que a educação conta com uma Lei que regulamenta os níveis educacionais. A primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação foi promulgada em 1961, durante o governo de João Goulart. A Educação Básica, como supracitado, corresponde às etapas da Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio e busca ofertar uma educação universal, que prioriza o processo de mudança social e de desenvolvimento sustentável dos países em vias de desenvolvimento (UNESCO), através da aprendizagem da leitura, da escrita e da matemática, bem como a compreensão global e das linguagens, da história, das ciências sociais e naturais, já a Educação Superior, é referente à formação pós-escolar que pode ser cursada em instituições públicas e privadas e é de competência da União, podendo também ser ofertada por Estados e Municípios.

Além dos níveis educacionais, a educação brasileira também conta com diferentes modalidades, são elas: Educação Especial, que se reserva a atender pessoas com deficiência, preferencialmente no ensino regular. Educação à Distância, onde alunos e professores estão separados fisicamente e por isso pode-se ter acesso em qualquer lugar e horário do dia, através do uso de meios tecnológicos de informação e comunicação. Educação Profissional e Tecnológica, que prepara para o exercício das profissões e abrange cursos que promovem habilitação técnica de forma articulada ao estudo regular. Educação Indígena, que atende às populações indígenas e visa manter a cultura oral, escrita e social dos povos originários; e a Educação de Jovens e Adultos (EJA), que garante o direito à educação da população com 15 anos ou mais que não cursou ou não concluiu as etapas da Educação Básica na idade correta.

Com o surgimento dessa nova organização da educação, outra necessidade vinha à tona: a de uniformizar as aprendizagens essenciais em cada etapa e modalidade educacional. Então, em 2018, foi criada a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), documento normativo que busca justamente propor essa base comum para a construção dos currículos educacionais em todo o Brasil, para que nenhuma região do Brasil fique para trás em relação aos conteúdos trabalhados em sala de aula. Em Brasil (2018), na introdução do documento, um destaque importante é feito acerca da Educação Básica como um direito:

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, de modo a que tenham assegurados seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento [...] (BRASIL, 2018).

De acordo com Brabo (2021), ao analisar o contexto dos anos 1960 em que a América Latina vivia sob o regime militar, que conseqüentemente resultou na repressão de alunos, professores e a sociedade em si principalmente em relação à Educação, Paulo Freire intensificou suas análises com a Revolução Cubana, unindo a Teoria da Libertação com as teorias de Sartre, Lukács, Hegel, Marx, Hobsbawn e Goldman, para propor uma necessária reflexão sobre a profunda paixão pela liberdade da humanidade ao mesmo tempo em que há a busca pela emancipação pedagógica, a fim de eliminar a “cultura do oprimido”. Então, baseado em Freire (2013) no livro “Pedagogia do oprimido”, entende-se que a educação é essencial para a formação da cidadania, sendo fundamental para preparar as pessoas para participarem ativamente da sociedade e ter um impacto positivo uns com os outros.

Como conceituado por Marshall; Bottomore (2021), a cidadania não se limita apenas aos direitos civis e políticos, mas também à dimensão social que inclui compreensão das interações sociais e participação ativa na vida coletiva. Neste contexto, a educação é vital porque fornece às pessoas as habilidades possíveis para compreender a complexidade das relações humanas e ajudar a reconstruir uma sociedade em conflito.

Bauman (2021) afirmou que a convivência é primordial para construir uma sociedade saudável. No ambiente escolar, as pessoas têm a chance de aprimorar as habilidades sociais, aprender a sentir empatia pelos outros, assim como aprender a entender aqueles com quem convive. Assim, a educação auxilia as pessoas a se tornarem membros ativos e responsáveis em/para uma comunidade.

A educação não é apenas um meio de fornecer aos alunos uma formação acadêmica, mas os prepara para a vida em sociedade, ensinando-os a pensar criticamente, trabalhar em equipe a fim de construir uma sociedade plena. John Dewey, filósofo influente na área, menciona que como as escolas são laboratórios sociais transformando pessoas para lutar por uma sociedade justa e igualitária, mostra que o poder transformador da Educação no processo da formação destes cidadãos.

1.3 A Educação emancipatória em Paulo Freire

Paulo Freire (1921-1997) foi um educador, filósofo e pedagogo brasileiro que deixou um legado inestimável no campo da educação que não se limita a países ou gerações. Através do conceito fundamental de que a educação liberta o Homem da cultura da opressão e da invisibilidade social, este ideal tornou -se um dos pilares da pedagogia crítica

e da educação popular em todo o mundo com a publicação do livro *Pedagogia do Oprimido* em 1968, obra literária de Paulo Freire.

ALMEIDA; SILVA (2021) afirmam que a frase “educação como prática da liberdade” condensa a perspectiva de Freire sobre o papel transformador que a educação desempenha na emancipação humana e na transformação da sociedade. Esta noção é essencial para entender a maneira como Freire transformou a educação, principalmente quando se considera o contexto histórico em que ele criou suas teorias, como pode ser observado em Freire (2019) no livro “Educação como prática da liberdade”.

GIROUX (2015) destaca que sua perspectiva é que a educação deve ser um processo dialógico em que professores e alunos participam ativamente da troca de ideias. Ele enfatizou a importância de manter um diálogo crítico sobre a realidade social e política como um meio de desenvolver uma consciência crítica sobre as injustiças e desigualdades que existem no mundo, então chamou isso de "conscientização". Freire também argumentou que a educação tinha o poder de capacitar as pessoas a mudarem suas vidas e comunidades permitindo que as pessoas assumam o controle de suas próprias vidas, isso envolveria superar a passividade e a alienação.

Segundo Freire (2021) no livro *Pedagogia da Autonomia*, entende-se que a ideia tradicional de que o educador é o único proprietário do conhecimento não está correta. Em vez disso, o autor propôs um processo de aprendizagem mútuo em que os dois indivíduos aprendem a partir de experiências e perspectivas uns dos outros, além de correlacionar sobre a maneira que os professores devem ensinar os alunos criando uma ação transformadora. Para ele, a educação não era apenas uma transmissão de informações, mas também uma transformação da sociedade, por causa disso via a educação como uma ferramenta vital para combater a opressão e promover a justiça social. Dessa maneira, o autor tentou desenvolver uma consciência política nas pessoas por meio da educação, encorajando-as a participar de ações coletivas para combater a opressão e defender a democracia.

Um dos aspectos mais reconhecidos do trabalho de Freire foi seu programa de alfabetização de adultos, no qual a alfabetização era vista não apenas como um ato de aquisição de habilidades, mas como um ato político que capacitava as pessoas a participarem plenamente da sociedade.

SANTOS (2018) afirma que a noção de Paulo Freire de “educação como prática da liberdade” enfatiza o papel da educação como uma ferramenta de transformação tanto social quanto individual. Ela enfatiza que os métodos essenciais para promover a justiça, a igualdade e a liberdade são a conversa, a conscientização, o empoderamento e uma

ação política. O trabalho de Freire continua inspirando educadores de todo o mundo a usar abordagens críticas e libertadoras no ensino e na aprendizagem, reforçando a luta para construir sociedades mais justas e igualitárias.

ROSA; FILIPAK (2019) cita que Paulo Freire escreveu o livro *Pedagogia do Oprimido* publicado pela primeira vez em 1968, e que fala sobre a educação como uma prática de liberdade, e é considerado um clássico da pedagogia crítica resultando em um grande impacto na educação em todo o mundo. A ideia central do livro é que a educação deve ser vista como um meio de libertação e transformação social, sob a sustentação que uma educação tradicional é usada para manter as pessoas oprimidas e subjugadas em muitas sociedades, ou que perpetuam as desigualdades sociais. Freire apresenta uma perspectiva diferente, na qual uma educação é usada como uma ferramenta para capacitar as pessoas a compreenderem a realidade, questionar as estruturas opressoras e tomar medidas para transformar suas vidas e comunidades.

O método de ensino freiriano permite que professores e alunos interajam um com o outro como participantes ativos do processo de aprendizagem, e demonstra o quão importante é que os educadores conheçam a realidade dos alunos e usem essa compreensão para ensinar. Os educadores devem trabalhar juntos com os alunos para criar um ambiente de aprendizagem que promova a conscientização, em vez de transmitir conhecimento de cima para baixo.

FREIRE (2017) acreditava que a educação, como exercício da liberdade, é fundamental para construir uma sociedade mais justa e igualitária, como mencionado outras vezes no texto. A sustentação de que uma educação pode desempenhar um papel importante na busca da justiça social e na superação das desigualdades sociais, ao ensinar as pessoas a pensarem criticamente e a agir conscientemente.

Para Vieira; Côco (2022) a abordagem freiriana teve um impacto significativo na educação em todo o mundo e ainda está influenciando teorias e métodos educacionais progressistas. A ênfase na conscientização crítica e seu conceito de educação como liberação ainda são temas importantes na discussão sobre o papel da educação na sociedade.

CAPÍTULO 2

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS – EJA, SEGUNDO A BNCC: CONTRIBUIÇÕES NA PROMOÇÃO DA INCLUSÃO ESCOLAR E DA CIDADANIA

A finalidade deste capítulo é examinar a Educação de Jovens e Adultos – EJA, segundo a BNCC e suas contribuições na promoção da escola para a inclusão social e para a cidadania.

2.1 Desigualdade Social: pobreza e evasão escolar

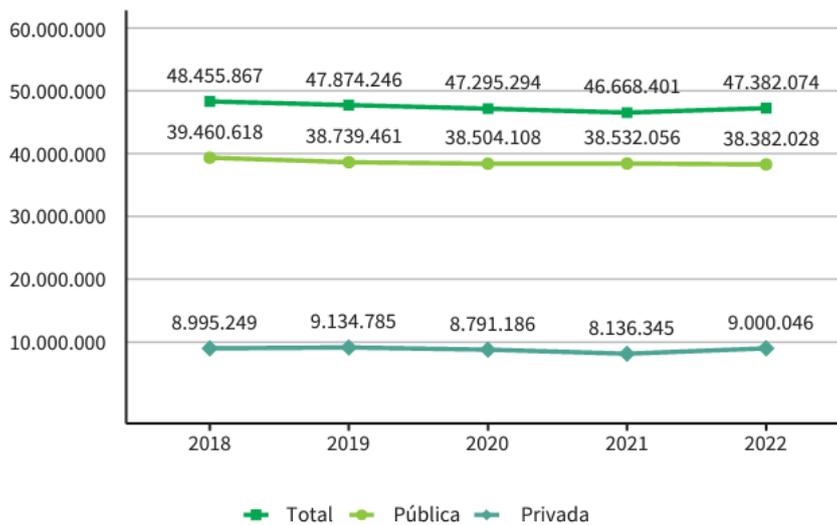
A relação entre pobreza e evasão escolar representa um tema de profunda importância e complexidade, suscitando intensos estudos e inquietações em todas as partes do mundo. Esses dois fenômenos estão entrelaçados de maneira intrincada e é crucial compreender essa conexão para formular políticas educacionais eficazes.

Primeiramente, o acesso à educação é frequentemente restringido pela pobreza. Famílias de baixa renda enfrentam desafios financeiros consideráveis ao custear uniformes, material escolar, transporte e até mesmo alimentação para seus filhos. Isso pode levar ao abandono ou evasão escolar em busca de trabalho, a fim de contribuir com o sustento de suas famílias. Outro aspecto relevante é a qualidade da educação. Escolas localizadas em áreas de alta pobreza frequentemente possuem recursos limitados, corpo docente menos capacitado e infraestrutura deficiente, essas carências impactam diretamente a qualidade do ensino, tornando-o menos atraente para os alunos. A falta de recursos educacionais adequados pode desmotivar os estudantes a frequentar a escola regularmente e buscar oportunidades de aprendizado. Além disso, pressões sociais exercem influência significativa na evasão escolar em comunidades empobrecidas, onde amigos e/ou familiares podem persuadir os alunos a abandonarem a escola para trabalhar ou se envolver em atividades relacionadas, a ausência de modelos de sucesso educacional também pode contribuir para a evasão escolar. (PINTO, 2012).

A partir de meados de 1990, a educação passa a ser prioridade nas agendas políticas e se torna um tema estratégico para os governos, tanto nacionais como internacionais, ganhando um papel fundamental no que diz respeito ao desenvolvimento econômico dos países e como solução para os problemas sociais, principalmente para o combate à pobreza e a pobreza extrema. Desta forma, se expande o debate sobre a necessidade de melhorar o sistema educacional, tornando-o mais eficaz, tanto para garantir o pleno exercício da cidadania, quanto para o preparo para o mercado de trabalho,

no esforço de construir uma justiça social. Por conta disso, mesmo que de forma tardia, observou-se no Brasil uma certa ampliação do acesso à educação pública, apesar da queda recente por conta da pandemia de COVID-19:

Tabela 1: Linha do tempo - Matrículas



Fonte: INEP, 2022.

Entretanto, o fato de as matrículas na escola pública estarem estáveis, não significa que a pobreza diminuiu ou deixou de existir, na realidade, as escolas de educação formal e não formal são ambientes propícios para a manifestação da pobreza e extrema pobreza, pois é nesses ambientes em que elas também se reproduzem. Segundo Sen (2000), a pobreza não se limita à mera carência de recursos financeiros, ela também se manifesta na incapacidade de participar plenamente na sociedade. Isso enfatiza que a avaliação da pobreza não deve se basear unicamente no número de matrículas escolares, uma vez que a qualidade da educação e o ambiente escolar desempenham um papel crucial. Nesse contexto, uma análise mais profunda das questões relacionadas à pobreza e à evasão escolar revela que a abordagem desses problemas nas escolas carece de eficácia.

Para Jiménez; Patrinos (2003 *apud* PSACHAROPOULOS, 1977), a educação é comumente vista como uma possível solução para enfrentar a pobreza, mas sua eficácia depende da disponibilidade de uma educação de qualidade e acessível. Ademais, é fundamental reconhecer que a pobreza e a extrema pobreza podem persistir devido às desigualdades educacionais.

BOURDIEU; PASSERON (1970, p. 13) comentam:

As disparidades educacionais podem reforçar as desigualdades sociais, tornando árduo para os indivíduos oriundos de famílias de baixa renda escaparem da cilada da pobreza. (BOURDIEU; PASSERON, 1970, p. 13).

Além disso, a ligação entre educação, pobreza e desigualdade ainda são escassas nos Projetos Políticos Pedagógicos das escolas, nos currículos e nas formações docentes. Segundo pesquisa feita pela Rede Nossa São Paulo (2023) em parceria com o IPEC (2022), cerca de 80% dos paulistanos acredita que o número de pessoas em situação de rua aumentou em 2022. O levantamento aponta ainda que 28% dessa população é de crianças e adolescentes, ou seja, esse percentual demonstra que a maior parte dessas crianças e adolescentes não frequentam a escola.

Na leitura sociológica, a educação, por si só não é geradora de riqueza, mas apenas quando combinada a outros elementos ligados ao desenvolvimento econômico. Em situações de crise econômica portanto, a educação serve como instrumento que revela e intensifica as desigualdades sociais, demarcando posições, acessos, privilégios e distribuição de riqueza. Quando isso ocorre, os aspectos morais da educação emancipadora, que visa o estudo, a cultura e a competência são substituídas por pura manipulação de privilégios, transformados em status que discriminam quem não faz parte desse sistema.

GOMES (2018) menciona que para o sucesso na formação de um estudante, existem 3 principais fatores que determinam seu desenvolvimento cognitivo: a condição socioeconômica e cultural, sua família e a escola que frequenta. O nível socioeconômico do aluno é o fator de maior impacto no desempenho escolar dos estudantes. É um constrangimento real, que extrapola os muros da escola e que dificulta o aprendizado e afeta diretamente o funcionamento e a organização das escolas e salas de aula.

Na mesma perspectiva, insuficiente atenção tem sido direcionada aos funcionamentos escolares operados no nível microestrutural, igualmente produtores de fracasso escolar, tais como: falta de espaços para reflexão, ausência de infraestrutura de apoio, altas taxas de absenteísmo e de rotatividade no corpo docente, carência de recursos didático-pedagógicos e de dinamismo aplicado às aulas (SOUZA, 2007).

De acordo com Rosa; Silva (2021) a evasão escolar, por sua vez, perpetua o ciclo da pobreza. A falta de educação formal limita as oportunidades de emprego e o potencial de ganhos futuros, dificultando a saída da pobreza. Isso cria um ciclo vicioso no qual a pobreza e a falta de educação se alimentam mutuamente, assim a discriminação e a desigualdade também desempenham um papel nesse contexto, pois grupos marginalizados e minorias étnicas frequentemente enfrentam obstáculos discriminatórios e

desigualdades no sistema educacional. Isso torna ainda mais desafiador para esses grupos o acesso a uma educação de qualidade, aumentando a incidência de evasão escolar.

Para abordar essa complexa relação entre pobreza e evasão escolar, é imperativo implementar políticas e programas direcionados à redução da pobreza e ao aprimoramento do acesso à educação de qualidade, que engloba a concessão adequada de bolsas de estudo, a instituição de programas de alimentação escolar, o fornecimento de transporte acessível e investimentos na melhoria das escolas em regiões carentes. Além disso, a conscientização sobre a importância da educação e os efeitos negativos da evasão escolar desempenham um papel crucial, através de campanhas de conscientização e programas de orientação podem ajudar os alunos a compreenderem os benefícios de concluir a educação formal.

2.2. Educação de Jovens e Adultos segundo a LDB: um mecanismo de inclusão social

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) representa uma modalidade de ensino que abarca todo o ciclo da educação básica, desde o ensino fundamental até o ensino médio. Essa abrangência foi estabelecida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9394/96, com o objetivo central de garantir uma educação de alta qualidade acessível a todos os cidadãos. A EJA surgiu como uma ferramenta de inclusão social, voltada para aqueles que não tiveram a oportunidade de frequentar a escola na idade convencional, mas que posteriormente sentiram a necessidade de dar continuidade aos seus estudos.

SOUZA *et al.* (2018 *apud* HADDAD; DI PIERRO, 2000) ressaltam que a partir de 1940, o setor público, notadamente o governo federal, assumiu um papel de liderança na oferta educacional destinada à população adulta, isso envolveu a implementação de programas educacionais próprios e a ativação de mecanismos de incentivo e controle sobre os governos subnacionais. Esses programas incluíram as campanhas de alfabetização na década de 1950, a criação do Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) e a promulgação da Lei 5.692 em 1971 que institucionalizou o Ensino Supletivo. A oferta gratuita de educação para jovens e adultos tornou-se uma realidade com a aprovação da Constituição em 1988.

Naquela época, a educação era mais acessível à elite, com o ensino para as classes menos privilegiadas centrado principalmente na formação de trabalhadores, era um ensino predominantemente técnico, que não valorizava a formação de cidadãos críticos

e conscientes. No entanto, anos depois, Paulo Freire emergiu com uma abordagem educacional revolucionária voltada para trabalhadores, sua metodologia enfatizava o reconhecimento do conhecimento prévio do aluno, não apenas para ensinar a ler e escrever, mas também para estimular a reflexão crítica sobre a realidade cotidiana. Essa abordagem capacitava os alunos a compreenderem sua situação e a lutarem pelos seus direitos na busca pela igualdade social. Conforme a afirmação de Souza *et al.* (2018 *apud* FREIRE, 2002), não é possível promover a igualdade e o respeito aos direitos em um regime que nega a liberdade em todas as suas dimensões. Assim, a proposta da EJA vai além de fornecer habilidades acadêmicas; ela visa formar cidadãos para a vida, dotados de valores que promovam uma sociedade justa, onde todos tenham seus direitos plenamente respeitados.

Os educadores da EJA enfrentam um desafio significativo, que é a diversidade de perfis e necessidades de aprendizado de seus alunos, isso requer a adoção de metodologias flexíveis que se ajustem ao modo individual de aprendizado de cada estudante, bem como práticas docentes que inspirem e motivem o aprendizado, garantindo, assim, a permanência dos alunos na sala de aula.

Como é necessário por atender a uma diversidade de idades, condições sociais, níveis de escolaridade e necessidades educacionais, a gestão de vários ambientes de aprendizagem na Educação de Jovens e Adultos deve ser adaptável e flexível para garantir o desenvolvimento completo da proposta.

A fim de acompanhar o progresso dos alunos e fornecer feedback contínuo para apoiar sua evolução, os educadores precisam de uma variedade de recursos educacionais, incluindo aulas presenciais e materiais impressos. No mais, cabe a gerência garantir que os ambientes de aprendizagem sejam inclusivos também para as pessoas com deficiência. Para atender corretamente à demanda, os professores da EJA precisam de formação especializada para atender ao público-alvo, para isso é fundamental investir em formação de maneira que o profissional esteja plenamente capacitado.

Um dos principais desafios na Educação de Jovens e Adultos está em manter o engajamento e a motivação dos alunos. Proporcionar parcerias com empresas, comunidades e demais organizações pode melhorar a oferta educacional, fornece recursos adicionais e dar aos alunos oportunidades de aprender em ambientes reais. A presença da tecnologia na EJA pode melhorar o acesso à educação, mas os professores e alunos precisam ter treinamento e conhecimento da infraestrutura tecnológica. Portanto, os gestores devem criar estratégias para incentivar o interesse dos alunos, oferecer

oportunidades de crescimento pessoal e profissional e oferecer apoio emocional quando necessário.

SOUZA *et al.* (2018 *apud* BITENCOURT; BITENCOURT; FERREIRA, 2010) sublinham a significância de concluir a educação básica para os estudantes que almejam adentrar no mercado de trabalho em busca de uma melhoria na qualidade de vida. Entretanto, eles destacam que, em certos momentos, é o próprio mercado de trabalho que impõe obstáculos aos estudantes, dificultando a busca pelo conhecimento. Para atender às necessidades peculiares dos alunos da EJA, torna-se necessário adaptar o ensino às suas particularidades, promovendo um crescimento intelectual, profissional e pessoal eficaz, um papel compartilhado tanto pelas instituições educacionais quanto pelo Estado.

A EJA atende a um público composto por jovens e adultos trabalhadores, frequentemente exaustos após longas jornadas laborais, mas com um sincero desejo de aprender. Cada aluno traz consigo um leque diversificado de conhecimentos que o professor deve levar em consideração ao planejar suas aulas. Estratégias e abordagens pedagógicas devem ser desenvolvidas para atender a todos os educandos, também enfatiza a importância de fomentar a interdisciplinaridade e ressalta o papel do professor como mediador dessas conexões. Isso permite que os alunos construam uma visão holística do mundo, adquiram conhecimento de forma abrangente e evoluam como indivíduos, a integração entre diferentes áreas é crucial para esse processo. (SOUZA *et al.*, 2018 *apud* NICOLA; CHIARON, 2003).

Para promover a inclusão social na EJA, o relacionamento entre educador e aluno desempenha um papel vital, pois quando há confiança e intercâmbio de experiências, as aulas se tornam mais significativas para os alunos, além de que a criação de um ambiente acolhedor na escola contribui para que essa ação seja efetiva. Ademais, o planejamento das aulas deve levar em consideração os anseios e dificuldades dos alunos, bem como seu conhecimento prévio. Libâneo (1998) enfatiza que, o professor deve respeitar e ampliar o conhecimento de mundo trazido pelo aluno para a sala de aula, reconhecendo seu potencial cognitivo e seu modo de pensar.

No âmbito da Educação de Jovens e Adultos (EJA) conforme preconizado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), torna-se evidente que o papel do educador transcende e muito a uma simples transmissão de conhecimento. Nas palavras de Fávero (2009) ao entrevistar a consultora Rosângela Berman Bieler em 2004, o educador assume um papel de destaque ao incentivar os alunos a desenvolverem pensamento crítico e a se tornarem agentes ativos de sua própria aprendizagem, o que vai além da mera absorção de informações; implica na capacidade de analisar de forma crítica

o que é apresentado em sala de aula e, mais crucial ainda, de aplicar esse conhecimento em suas vidas cotidianas.

Adicionalmente, a interação social desempenha um papel fundamental na experiência educacional, segundo afirma Souza et al. (2014 *apud* BIANCHI, 2011). As experiências sociais não devem ser segregadas dos conteúdos escolares, mas sim integradas a eles. Essa abordagem centrada no aluno, em consonância com a LDB, visa preencher as lacunas resultantes da falta de escolarização, assegurando que a educação seja relevante para a vida cotidiana.

A importância da inclusão na EJA transcende a simples consideração da deficiência, como apontado por Fávero (2009). Inclusão implica em levar em conta a diversidade dos alunos e suas necessidades individuais, garantindo que todos tenham acesso a um ensino de qualidade. Nesse contexto, a formação contínua dos educadores assume um papel crucial, conforme preconizado pelo Ministério da Educação (MEC, 2000), isto é, a EJA, de acordo com a Lei 9.394/96, passou a ser uma modalidade da educação básica nas etapas do ensino fundamental e médio, usufrui de uma especificidade própria que, como tal deve receber um tratamento conseqüente. Os professores precisam desenvolver habilidades para orientar e mediar o processo de ensino, lidar com a diversidade e empregar metodologias inovadoras que atendam às necessidades variadas de seus alunos.

Um desafio enfrentado na EJA é a falta de confiança por parte dos alunos em suas próprias habilidades. Muitos se sentem desmotivados e atrasados em relação aos estudantes da faixa etária adequada, o que pode ter um impacto negativo em seu desempenho acadêmico. A motivação, conforme enfatizado por Souza et al. (2014 *apud* BIANCHI, 2011), desempenha um papel crucial na aprendizagem e deve ser cultivada pelo educador. Isso requer que o professor esteja comprometido em estabelecer uma relação positiva com o aluno, indo além dos conteúdos curriculares para abordar as necessidades emocionais e motivacionais.

Conseqüentemente, a discussão atual está centrada na qualidade da educação fornecida pelos sistemas educacionais, muitas vezes negligenciando a diversidade e as necessidades individuais dos alunos. A abordagem da educação inclusiva busca oferecer um ensino de qualidade para todos, onde os alunos se sintam valorizados e respeitados por suas características individuais. A ênfase reside na troca de conhecimento e na inclusão de diversas perspectivas, em vez da exclusão. Nesse sentido, a EJA, alinhada com as diretrizes da LDB, desempenha um papel essencial como um mecanismo de

inclusão social e capacitação dos adultos, preparando-os para enfrentar com confiança e competência os desafios da vida cotidiana.

2.3 Contribuições do EJA no Brasil na promoção da escola como meio para construção da cidadania

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) desempenha um papel de suma importância na promoção da educação como um instrumento essencial para a construção da cidadania no contexto educacional brasileiro. De acordo com Silva (2016) e Reichardt; Silva (2020) o crescente destaque é plenamente justificado por sua nobre missão de assegurar o direito à educação a todos os cidadãos, incluindo aqueles que, por diversas circunstâncias, tiveram sua trajetória educacional interrompida durante a idade escolar. A EJA se propõe a forjar cidadãos críticos e conscientes de seus direitos e responsabilidades, capacitando-os para uma participação ativa e efetiva na sociedade.

Já Durkheim (2013, p. 43) entende que a educação seria como as ações que os homens reproduzem sobre eles mesmos e ainda evidencia que as ações entre pessoas da mesma faixa etária são diferentes das ações dos adultos sobre os mais jovens, portanto, a noção de educação em Durkheim está ligada à preparação dos mais jovens para a vida social desempenhada pelas gerações anteriores, logo, o educar é a ideia do aperfeiçoamento das individualidades no sentido de melhor viver socialmente.

As notáveis contribuições nesse sentido abrangem uma série de aspectos fundamentais como: a EJA desempenha um papel crucial no fortalecimento da cidadania entre seus participantes. Ao estimular a compreensão dos direitos e deveres do cidadão, a modalidade habilita seus estudantes a se tornarem membros engajados e esclarecidos da sociedade, contribuindo para a formação de uma comunidade mais consciente e participativa afirma Silva (2016).

Além de que, a EJA cria um ambiente propício ao desenvolvimento de ações cidadãs, pois ao promover a reflexão crítica sobre questões sociais e políticas, ela capacita os alunos a contribuírem de maneira construtiva para o seu entorno e para a comunidade em que estão inseridos. A efetivação da plena cidadania é um dos pilares centrais da EJA, uma vez que se empenha em fornecer as ferramentas e o conhecimento necessários para que os estudantes possam exercer seus direitos de forma informada e participativa (VASCONSELLOS, 2008)

REICHARDT; SILVA (2020) pontuam que a inclusão social também é uma dimensão fundamental da atuação da EJA, pois garante que todas as pessoas, independentemente de seu histórico educacional anterior, tenham a oportunidade de adquirir conhecimentos e habilidades que contribuam para uma participação ativa e igualitária na sociedade, e assim se destaca na formação de cidadãos críticos, capacitando-os a analisar e compreender a realidade em que vivem. Essa habilidade de pensamento crítico é essencial para uma participação efetiva na sociedade e para a tomada de decisões embasadas e bem-informadas, conclui Cardoso; Passos (2016).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho apresentado foi desenvolvido por metodologia bibliográfica e documental (Gil, 2010) tem por objetivo analisar as contribuições da educação inclusiva (Educação de Jovens e Adultos) – EJA na promoção da educação para cidadania. De forma mais específica procurou estudar alguns referenciais teóricos sobre inclusão escolar e social na construção da educação para a cidadania e examinar a Educação de Jovens e Adultos – EJA, segundo a BNCC, e suas contribuições na promoção da inclusão escolar e social com vistas à educação para a cidadania.

A busca pela inclusão social é um desafio constante na construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Nesse contexto, a escola se tornou um dos meios que desempenha um papel fundamental na promoção da educação para a cidadania, tornando-se um agente potencializador de transformações sociais significativas. Entendida como um processo que visa garantir a participação plena de todos os indivíduos na vida social, econômica, política e cultural, encontra na educação o seu principal aliado.

A escola, ao assumir uma responsabilidade de formar cidadãos conscientes e participativos, desempenha um papel crucial na quebra de barreiras e estereótipos que perpetuam a exclusão. A educação para a cidadania vai além do simples repasse de conteúdos curriculares; ela implica na formação de indivíduos capazes de compreender e respeitar a diversidade, promovendo a convivência harmônica em uma sociedade plural.

Ao analisar a EJA, percebeu-se que a inclusão social não se manifesta apenas na garantia de acesso à escola, mas também na criação de ambientes que sejam acolhedores e respeitem as diferenças, pois entende-se que a diversidade é um elemento enriquecedor e quando a escola reconhece e valoriza essas peculiaridades de cada um contribui efetivamente para que a sociedade se torne mais justa.

A educação como meio de construção da cidadania não se restringe apenas às salas de aula, ela tem o poder de transcender muros escolares, além de permear todas as esferas da vida social, habilitando o discente a se desenvolver de uma maneira que transforme a vida em todos os sentidos e se torne mais crítico frente às desigualdades sociais que causam, por exemplo, o aumento da evasão escolar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, João Paulo Guerreiro de.; SILVA, Severino Bezerra da. Pedagogia do Oprimido 50 anos depois: a atualidade de Paulo Freire. **Revista da Faculdade de Educação da UFG**, v.46, ed. Especial, 2021. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/interacao/article/view/68486> Acesso em: 29 out. 2023.

ARAÚJO, Eliete Oliveira de.; BARBOSA, Gilmara. **As performatividades de gênero no espaço escolar: abjeção e formação crítica para a cidadania**. Semantic Scholar, 2016. Disponível em: <https://www.semanticscholar.org/paper/As-Performatividades-de-G%C3%AAnero-no-Espa%C3%A7o-Escolar%3A-e-Ara%C3%BAjo-Barbosa/84a715e916ad3416e08d70c2512e158d04588b95> Acesso em: 08 ago. 2023.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS - **NBR-6023.2018**. Informação e Documentação – Referências e Elaboração. Rio de Janeiro: ABNT, 2018 (Atualizada) Disponível em: <https://www.faculdadeam.edu.br/Content/upload/biblioteca/ABNT-NBR-6023-2018-Referencias-Elabo-20181117182615.pdf> Acesso em 28 set. 2023.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. 1ª ed., Rio de Janeiro: Zahar: 2021.

BIANCHI, Sara Rebecca. A importância da motivação para a aprendizagem no ensino fundamental. **Trabalho de Conclusão de Curso -TCC: Licenciatura em Pedagogia**. Universidade Federal de São Carlos – UFSCar, 2011. Disponível em: <https://docplayer.com.br/23765893-A-importancia-da-motivacao-na-aprendizagem-no-ensino-fundamental.html> Acesso em: 16 ago. 2023.

BITENCOURT, Gleice Helaine de Carvalho; BITENCOURT, Kátia Helena Vaz Oliveira; FERREIRA, Cláudia Waléria da Silva. Autoestima e motivação na aprendizagem dos alunos da EJA. **Semana Acadêmica da Faculdade Gamaliel**, Tucuruí – PA, 2010. Disponível em: https://semanaacademica.org.br/system/files/artigos/autoestima_e_motivacao_na_aprendizagem_dos_alunos_do_eja.pdf Acesso em: 15 jul. 2023.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1970.

BRABO, Tânia Suely Marcelino. **A educação voltada para valores humanos de Paulo Freire continua atualíssima**. Jornal da Unesp, 2021. Disponível em: <https://jornal.unesp.br/2021/09/24/a-educacao-voltada-para-valores-humanos-de-paulo-freire-continua-atualissima/> Acesso em: 08 nov. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/> Acesso em: 12 mar. 2023.

_____. Constituição. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm Acesso em: 12 mar. 2023.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB. 9394/1996**. Brasília, DF: 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm Acesso em: 13 mar. 2023.

_____. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos**. Brasília, DF. MEC/SEF/COEJA. 2000

CARDOSO, Marcélia Amorim. PASSOS, Gisele de Andrade Louvem dos.; Reflexões sobre a Educação de Jovens e Adultos e a formação docente. **Revista Educação Pública**, 2016, ISSN: 1984 - 6290. Qualis B1 – Avaliação CAPES 2020-2024. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/16/25/reflexes-sobre-a-educacao-de-jovens-e-adultos-e-a-formao-docente> Acesso em: 01 ago. 2023.

DURKEIM, Émile. **Educação e sociologia**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2013.

FARIAS, Paulo Sérgio Cunha. A geografia escolar crítica e a formação para a cidadania. **Revista GeoSertões**, v.5, n.10, jun./dez. 2021. Disponível em: <https://www.semanticscholar.org/paper/A-GEOGRAFIA-ESCOLAR-CR%C3%8DTICA-E-A-FORMA%C3%87%C3%83O-PARA-A-Farias/f9d7c32a94cd2626e007cf0b6e25bcf9a6cc5736> Acesso em: 23 ago. 2023.

FÁVERO, Osmar; et al. **Tornar a educação inclusiva**. (Entrevista com Rosangela Berman Bieler, consultora do Banco Mundial). UNESDOC Digital Library, 2009. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000184683> Acesso em: 13 ago. 2023.

FREIRE, Paulo. **Cartas a Cristina**. 2ª ed., São Paulo: Cortez, 2002.

_____. **Educação como prática da liberdade**. 44ª ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019.

_____. **Pedagogia da Autonomia**. 1ª ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2021.

_____. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 15ª ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017.

_____. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. Repositório de Informação Acessível, 2010. Disponível em: <https://ria.ufrn.br/jspui/handle/123456789/1236> Acesso em: 11 mar. 2023.

GIROUX, Henry Armand. **Pedagogia crítica e a formação do professor**. São Paulo: Cortez, 2015.

GOMES, Manoel Messias. Fatores que facilitam e dificultam a aprendizagem. **Revista Educação Pública**, 2018. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/18/14/fatores-que-facilitam-e-dificultam-a-aprendizagem#:~:text=Entre%20eles%2C%20destacam%2Dse%20aspectos,na%20escola%20e%20fora%20dela>. Acesso em: 26 set. 2023.

HADDAD, Sérgio. DI PIERRO, Maria Clara. Escolarização de Jovens e Adultos. **Revista Brasileira de Educação**, n.14, mai./ago., 2000. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/YK8DJk85m4BrKJqzHTGm8zD/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 10 out. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Síntese de Indicadores Sociais**. 2018. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de->

imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/25885-11-8-dos-jovens-com-menores-rendimentos-abandonaram-a-escola-sem-concluir-a-educacao-basica-em-2018. Acesso em: 01 out. 2022.

INTELIGÊNCIA EM PESQUISA E CONSULTORIA ESTRATÉGICA (IPEC). **Pobreza e Renda**. 2022. Disponível em: https://www.ipec.inteligencia.com.br/Repository/Files/2220/22-1909_RNSP%20-%20Pobreza%20e%20renda_completa_30maio.pdf Acesso em: 01 out. 2023.

JÍMENEZ, Emmanuel. PATRINOS, Harry A. Curious George: o legado duradouro de Psacharopoulos na economia da educação nos países em desenvolvimento. **Revisão de Economia da Educação**, v. 22, ed. 5, 2003. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0272775703000359> Acesso em: 11 out. 2023.

LIBÂNIO, José Carlos. **Adeus professor, adeus professora? novas exigências educacionais e profissão docente**. São Paulo: Cortez, 1998.

MARSHALL, Thomas H. BOTTOMORE, Tom. **Cidadania e Classe Social**. 1ª ed. São Paulo: Editora Unesp, 2021.

NICOLA, José de. CHIARON, Rosalina Acedo. **Novo tempo: livro de alfabetização**. São Paulo: Scipione, 2003.

PINTO, José Maria Rodrigues. **A evasão escolar no Brasil: causas e consequências**. São Paulo: Cortez, 2012.

PSACHAROPOULOS, George. Acesso desigual à Educação e distribuição de renda. **De Economist** 125, 383-392, 1977. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/BF01479118#citeas> Acesso em: 17 ago. 2023.

REDE NOSSA SÃO PAULO. **Para 80% dos moradores de São Paulo, número de pessoas em situação de rua aumentou no último ano**. 2023. Disponível em: <https://www.nossasaopaulo.org.br/2023/05/30/para-80-dos-moradores-de-sao-paulo-numero-de-pessoas-em-situacao-de-rua-aumentou-no-ultimo-ano/> Acesso em: 26 ago. 2023.

REICHARDT, Mirian; SILVA, Caroline. A importância da Educação de Jovens e Adultos. **Caderno Intersaberes UNINTER**, v.9, n.23, 2020. Disponível em: <https://www.cadernosuninter.com/index.php/intersaberes/article/view/1666>. Acesso em: 01 out. 2023.

ROSA, Sandra da.; SILVA, Marcus Quintanilha da. Relação entre pobreza e evasão escolar: um aporte teórico. **Caderno Acadêmico UNINA**, v.1, n.1, 2021. Disponível em: <https://revista.unina.edu.br/index.php/cau/article/view/35> Acesso em: 15 ago. 2023.

ROSA, Sandra Regina Bernardes de Oliveira; FILIPAK, Sirley Terezinha. Paulo Freire: Educação como transformação social. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**. Ano 04, Ed. 12, Vol. 06, pp. 131-141. Dezembro de 2019. ISSN: 2448-0959, Disponível em: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/educacao/paulo-freire> Acesso em: 27 set. 2023

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **O Contrato Social: princípios do direito político**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2017.

SANTOS, Cleci Helena Ludwig dos. Reflexões sobre o currículo escolar. **Revista Amor Mundi**, v.2, n.7, 2021. Disponível em: <https://journal.editorametrics.com.br/index.php/amormundi/article/view/133> Acesso em: 15 set. 2023.

SANTOS, Flávia Silva; LIRA, Flaviana dos Santos; GUIMARÃES, Ozimara Nicola Zumacke **Educação de Jovens e Adultos: um mecanismo de Inclusão Social**. 2017. Disponível em: <https://dspace.doctum.edu.br/handle/123456789/1362> Acesso em: 01 out. 2022.

SANTOS, Janeide Bispo dos.; LOPES, Ana Paula Araújo; BATISTA e BATISTA, Marize Damiana Moura. A educação escolar e a extensão universitária: estratégias de fortalecimento político de comunidades tradicionais. **Rev. Fragmentos da Cultura – Rev. Interdisciplinar de Ciências Humanas**, v.30, n. 4, 2021. Disponível em: <https://seer.pucgoias.edu.br/index.php/fragmentos/article/view/8538> Acesso em: 11 set. 2023.

SANTOS, Jucenilton Alves dos. A Educação de Jovens e Adultos e a efetivação da plena cidadania. **Revista Multi Debates**, v.2, n.2, 2018. Disponível em: <http://revista.faculdadeitop.edu.br/index.php/revista/article/view/95>. Acesso em: 02 out. 2023

SANTOS, Walter Antônio. **Educação inclusiva e educação especial: caminho para a inclusão social e construção da cidadania**. 2022. Disponível em: <https://repositorio.uninter.com/handle/1/885>>. Acesso em: 01 out. 2022.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SILVA, Gleydson Pereira da. A contribuição da EJA para o fortalecimento da cidadania dos seus sujeitos. **Trabalho de Conclusão de Curso – TCC. Repositório Institucional da UFPB**, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/13388> Acesso em: 02 set. 2023.

SOUZA, Maria Paula. **Avaliação Educacional: Fundamentos e Práticas**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SOUZA, Nádja R. L. de; et al. **A inclusão social na perspectiva do acesso à educação básica: reflexões a partir da Educação de Jovens e Adultos (EJA)**. Conferência: III Congresso Internacional de Educação Inclusiva – CINTEDI. Campina Grande, 2018. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/340536711_A_INCLUSAO_SOCIAL_NA_PERSPECTIVA_DO_ACESSO_A_EDUCACAO_BASICA_REFLEXOES_A_PARTIR_DA_EDUCACAO_DE_JOVENS_E_ADULTOS_EJA Acesso em: 02 out. 2023.

VASCONCELLOS, Claudia da Camara Canto. EJA e Cidadania: a construção de ações cidadãs no universo escolar da EJA no Ensino Fundamental. **Revista da Graduação**, [S. l.], v. 1, n. 1, 2008. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/graduacao/article/view/3495> Acesso em: 04 out. 2023.

VIEIRA, Maria Nilcéia de Andrade; CÔCO, Valdete. Questões éticas e pesquisa em educação: diálogos com Paulo Freire. **Dialogia**, São Paulo, 42, p. 1-18, e23187, set./dez. 2022. Disponível em: <https://periodicos.uninove.br/dialogia/article/view/23187/10008> Acesso em: 22 out. 2023.